



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
DE GOIÁS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À  
EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS  
E ADULTOS**

**OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR NO PROEJA –  
CEFET – GO**

**MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES PÓVOA**

Goiânia, ago./2009



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
DE GOIÁS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À  
EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS  
E ADULTOS**

**OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR NO PROEJA –  
CEFET – GO**

**MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES PÓVOA**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação *Latu sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás/IFG, como exigência parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob a orientação da Professora Ms. Maria Jacqueline Vitorette e com coorientação da Professora Ms. Jacqueline Maria Barbosa Vitorette

Goiânia, ago./2009



## SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
CAPÍTULO 1 - O QUE É INTEGRAÇÃO?	
POR QUE E PARA QUE INTEGRAR?.....	09
CAPÍTULO 2- PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO CEFET-GO.....	14
CAPÍTULO 3- O DOCUMENTO BASE DO PROEJA.....	22
CAPÍTULO 4- UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O CEFET-GO.....	24
CAPÍTULO 5- PESQUISA DE CAMPO.....	26
CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA.....	38
APÊNDICE 1 _ CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	40
APÊNDICE 2 _ TERMO DE CONSENTIMENTO.....	41
APÊNDICE 3 – PROTOCOLO DE ENTREVISTA.....	42

## CAPÍTULO 1: O QUE É INTEGRAÇÃO? POR QUE E PARA QUE INTEGRAR?

O termo integrar compreende a possibilidade de fazer parte de um todo no sentido de conjunto. Quando pensamos em integrar, queremos na verdade estar incluso, fazer parte para não estar sozinho. Porque estar só é não se envolver, é estar alheio e desta forma ficar à deriva e ser levado pela correnteza, sem se envolver, sem muito querer, sem autonomia, sem consentimento, sem reconhecimento, sem valor. No sentido educacional a integração pretende envolver o saber e o fazer no sentido de construir o saber-fazer, o saber construir-se, o saber-ser, o saber envolver-se. Tudo isso rumo à construção do conhecimento que nos levam ao envolvimento, ao coletivo, a uma visão de totalidade no sentido da omnilateralidade. Pensando que a formação do ser humano acontece para uma leitura de mundo, Ciavatta escreve o seguinte:

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação do pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (CIAVATTA, 2005, p. 85).

Na busca da formação integrada, precisamos entender que a superação da dicotomia entre trabalho manual/trabalho intelectual precisa ser incorporada tendo o trabalho como princípio educativo. Segundo Gramsci (1981):

[...] queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (GRAMSCI, 1981, p.144 e SS.Apud CIAVATTA,2005, p. 84)



O trabalho define a existência histórica do homem inclusive o trabalho escolar. Conforme modifica o modo de produção do homem, modifica também o modo pelo qual ele vive.

Tomando o trabalho na sua especificidade histórica, no tempo e no espaço, podemos compreendê-lo e compreender o mundo do trabalho historicamente, tanto como atividade criadora que enobrece o homem como atividade histórica penosa, aviltante “que aliena o ser humano de si mesmo, dos outros e dos produtos de seu trabalho na forma de mercadoria” (Marx, 1980, p.79 ss. Apud. CIAVATTA, 2005, p 92).

No sentido educativo podemos entender o trabalho como uma ação planejada, envolvente onde o homem atua na natureza modificando-a e ao mesmo tempo em que a modifica ele modifica a si mesmo; entretanto, quando ele necessita vender sua força de trabalho a fim de manter sua vida e a de seus filhos em troca de uma remuneração ou salário, o produto de seu trabalho fica reduzido à mercadoria.

Segundo Lukács (1978, Apud CIAVATTA, 2005, p.92) não se pode confundir o trabalho na sua essência e generalidade ontocriativa com as formas que vai assumindo como a servil, a escrava e a assalariada, sendo esta última confundida com emprego ou a venda da força do trabalho pelo trabalhador.

Por sentido ontocriativo do trabalho entende-se que ele é um direito de todo ser humano e deve ser socializado desde a infância, como princípio de tarefa, para que não tenhamos como na expressão de Gramsci “*mamíferos de luxo*”, evitando criar indivíduos que exploram e vivem do trabalho do outro.

Então, a história de nossa formação é marcada pelo trabalho. Desde os modos mais primitivos e tribais passando pelas sociedades escravocratas e servis, até a sociedade atual na forma de capitalismo.

Infelizmente, a história do trabalho a favor da vida, para a construção do conhecimento, para o enriquecimento das relações sociais como um todo tomam outros caminhos no sistema capitalista. Neste sentido, Dermeval Saviani (2003) faz os seguintes esclarecimentos:

Ao transferir para as máquinas grande parte do trabalho socialmente necessário, o homem libera tempo para o seu usufruto. O trabalho intelectual, ao mesmo tempo que resulta em um crescimento material – que, por sua vez, repercute no trabalho

intelectual -, disponibiliza mais tempo para o ser humano. No entanto, tal processo, na sociedade capitalista, é marcado por uma distorção: os frutos desse processo são apropriados privadamente, o que faz com que o usufruto de tempo livre só exista para uma pequena parcela da humanidade, ao passo que os trabalhadores, em que pese o crescimento da riqueza social, são lançados na necessidade de prosseguir em um processo de trabalho forçado. A superação desse tipo de sociedade é que viabiliza as condições para que todos possam dedicar-se, ao mesmo tempo, ao trabalho intelectual e ao trabalho manual (SAVIANI, p. 6, 2003).

Neste sentido a formação humana necessária se faz numa reflexão sobre o mundo do trabalho, da cultura desse trabalho, das correlações de forças existentes, dos saberes constituídos a partir do trabalho e das relações sociais que se estabelecem na produção. Ao longo da História até a sociedade moderna ficaram marcas da divisão da sociedade em classes sociais produzidas através das relações sociais desiguais.

Na educação, apenas na metade do século XX o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais é a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado. Mas sua organicidade social está em reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos e os desamparados (CIAVATTA, p. 87).

No Brasil, a educação colabora reproduzindo a divisão de classes, negando à grande maioria da população o acesso à educação e aos bens de consumos e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, com discriminação do trabalho manual, que sempre foi colocado a serviço dos menos favorecidos.

Na década de 1940, esse dualismo adquire um caráter estrutural já que a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, separando a educação segundo os setores produtivos e as profissões, designando aqueles que teriam o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que teriam formação profissional para a produção. (CIAVATTA, 2005)

A idéia recente da integração entre formação geral e o ensino profissionalizante no Brasil buscando superar o dualismo da sociedade e da educação brasileira surgiu com as lutas pela democracia e defesa da escola pública nos anos de 1980. Com o retorno da democracia recomeça a luta pela redemocratização da educação como primeiro projeto de LDB<sup>11</sup>, liderado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e com a participação da comunidade acadêmica e apoio de partidos progressistas e parlamentares. Buscava-se implementar uma formação básica que superasse essa dualidade, aproximando-se da politecnia.

A politecnia, não significa a multiplicação das habilidades ao infinito, da formação de especialistas (Lei nº 5.692/71) como supunha a referida lei. A politecnia ou educação

---

<sup>1</sup> LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº. 9.394/96

politécnica, ou educação integrada tratam da união entre formação intelectual e trabalho produtivo. Segundo Saviani, Marx, 1968, p.559 em “O Capital” o termo politecnia ou ensino politécnico busca os alicerces do pensamento e da produção da vida para além das práticas da educação profissional, além de educação propedêutica que treinam para o vestibular.

O ensino médio integrado e o ensino profissionalizante deve então acontecer em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho. Isto sim significa focar o trabalho como princípio educativo no sentido de superar a dicotomia entre trabalho manual/trabalho intelectual, com objetivo de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigente e cidadãos (trabalhador-cidadão).

Quando tentamos responder ao por que e pra que integrar a formação do ensino médio ao profissionalizante, precisamos ter a clareza de que é urgente repensar a educação no ensino médio. A formação do trabalhador-cidadão de forma integrada deve responder as exigências do mundo do trabalho e ao mesmo tempo dotá-los de formação humana que permita a leitura de mundo atuando e compreendendo a realidade onde está inserido e ao mesmo tempo compreendendo o sentido de tudo isto.

A diminuição dos postos de trabalho exige do trabalhador a busca por formação, além de conhecer os processos produtivos e de construir instrumentos para sua inserção no mundo do trabalho, gerando emprego e renda, mesmo porque a educação é o trabalho é um direito de todos. A formação humana que se pretende implica considerar o trabalho como princípio educacional no sentido de compreender o mundo do trabalho para além da educação-economia, consiga responder aos desafios da inclusão e da globalização econômica atuando de forma crítica.

Ao refletir a cerca da articulação entre sociedade, trabalho e educação, Baracho, Moura e Pereira dizem que:

[...] é necessário estar atento às tendências decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico para orientar as ações educacionais na escola para que ela possa cumprir a sua função social ao formar pessoas que tenham domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos necessários ao exercício profissional. [...] mas, isso não é suficiente. É fundamental que a educação escolar forme cidadãos capazes de compreender o sentido do que produzem com o seu próprio trabalho de forma reflexiva, autônoma, crítica, criativa e comprometida com as novas demandas orientadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e regionais, sem perder de vista o contexto global. (BARACHO et al, p.18)

No sistema capitalista, os empresários desejam a capacitação geral dos trabalhadores, a agilidade de raciocínio, a incorporação de informações de forma ágil e a capacidade de lidar



com abstrações, um trabalhador flexível. Por outro lado, a apropriação do saber pelos trabalhadores é contrária à lógica do capital que é de propriedade burguesa. Então, como saída para esta situação recorreram ao parcelamento, à fragmentação dos saberes dos trabalhadores em doses homeopáticas, com foco nos saberes de forma disciplinar.

O taylorismo/fordismo introduziu “qualidade total”, para a satisfação total do consumidor, em lugar da produção em série e economia de escala passa-se a produzir segundo a demanda de mercado com foco no cliente. Tenta envolver o operário induzindo-o a “vestir a camisa” em nome do sucesso da empresa, resultando em última análise na exploração da força do trabalho dos trabalhadores e, enquanto classe social de debate em mais desemprego e mais exclusão (SAVIANI, 2003).

Ao capitalista interessa comprar o tempo de trabalho do trabalhador ao menor preço possível, organizá-lo e gerenciá-lo de tal sorte que ao final de um período de trabalho seu mísero pagamento em forma de salário representa apenas uma parte de tempo pago, o restante se transforma em ganho do capitalista. Ao instarem suas empresas nos locais mais distantes, com problemas sociais graves, com grande volume de mão-de-obra barata, ou seja, nesta relação cruel de desiguais é que os contratos de trabalho estabelecidos mascaram e dissimulam essa desigualdade estabelecendo uma aparência de justiça (CIAVATTA, p 63.)

A fome da burguesia invade todo o globo. O processo da globalização com o discurso de romper barreiras das cavernas, dos guetos e da província esconde na verdade a expansão do mercado que “necessita estabelecer em toda parte, criar vínculos em toda parte” sob a ótica da mundialização do capital.





## **CAPÍTULO 2: PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO CEFET-GO**

O Curso Técnico Integrado ao Médio em Serviços de Alimentação na Modalidade de Jovens e Adultos foi implantado em agosto de 2006 á partir das orientações do Decreto nº 5.478/05 assinado em 13 de julho de 2005.

Segundo as autoras (CASTRO; VITORETTE, 2008), a implantação do referido curso teve pouca repercussão devido as alguns fatores: a instituição não ofertava cursos destinados a pessoas jovens e adultas; a dificuldade da instituição em assumir mais uma modalidade de ensino em função da falta de professores; a oferta de grande quantidade, níveis e modalidades de curso - ainda não consolidados-; a falta de infra-estrutura além do interesse das áreas em oferecer cursos de pós-graduação.

Num contexto interno de divergências quanto às diferentes concepções, princípios e funções da educação profissional e tecnológica, a proposta que saiu vencedora estava assentada na integração entre conhecimentos gerais e técnicos e, portanto humanizadora e emancipatória, mesmo tendo a instituição uma tradição histórica fundamentada no produtivismo, na fragmentação e no economicismo.

A elaboração do projeto contou com a coordenação da área de Turismo e Hospitalidade do CEFET-GO. As pesquisas apontavam para a necessidade de ampliar a oferta do Ensino Médio integrado ao Profissional voltado para o atendimento ao público de Jovens e Adultos.

O Proeja apresenta como princípios o fortalecimento da instituição pública gratuita e de qualidade, a inclusão social dos estudantes da EJA que concluíram o ensino fundamental na visão de sujeitos de direitos, mas que por alguns motivos encontram-se afastados da educação. O programa procura trabalhar com a pesquisa de modo investigativo na produção do conhecimento. Apresenta como objetivo formar um trabalhador-cidadão consciente da sua unicidade capaz de transformar a sua realidade de sujeito excluído, de forma autônoma, independente e crítico. A opção por este curso foi a possibilidade de articular a teoria e a prática no processo de aprender. Com a possibilidade de aglutinar pessoas com compromisso de formação omnilateral o curso retoma a discussão da necessidade de atender os excluídos

das benesses e dos direitos sociais. O curso propõe um diálogo entre os diversos campos do conhecimento, aproximando da ação interdisciplinar.

A escolha em trabalhar com o público jovem e adulto partiu da necessidade de compreender as especificidades culturais e as formas próprias de aprendizagem, pois este grupo de alunos não faz parte das estruturas do CEFET até então.

O fundamental nesta proposta é atentar para as especificidades dos sujeitos da EJA, inclusive as especificidades geracionais. Por isso, é essencial conhecer esses sujeitos; ouvir e considerar suas histórias e seus saberes bem como suas condições concretas de existência. Assim, a educação deve compreender que os sujeitos têm história, participam de lutas sociais, têm nome e rostos, gêneros, raças, etnias e gerações diferenciadas. O que significa que a educação precisa levar em conta as pessoas e os conhecimentos que estas possuem. (BRASIL, 2005, p 17)

O Decreto nº. 5.154/2004 em seu capítulo primeiro do artigo 4º orienta sob as possíveis formas de articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio. O curso na forma integrada é oferecido a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. Na forma concomitante, oferecida somente para quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio e com matrículas distintas em cada curso, uma para o ensino médio e outra para a educação profissional, ou seja, concomitância interna e externa, ou ainda na forma subsequente, oferecida apenas à formação profissional.

A proposta de implantação propõe uma reflexão de novas formas de relações entre os sujeitos da educação. Embora tímidas as discussões foram retomadas no sentido de ofertar uma educação profissional de qualidade e não uma educação pobre para os pobres além de tentar envolver servidores e alunos para consolidar o programa.

Os princípios que orientaram a implantação do projeto foram: a qualidade, a inserção, a inclusão do estudante da EJA no sistema público, a ampliação do direito à educação básica, a universalização do ensino Médio, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como fundamento e para compreensão de que as identidades sociais e a formação do sujeito da aprendizagem devem ser consideradas a partir de sua condição de trabalhador e das questões relativas ao gênero, à etnia e à geração.

As pesquisas apontavam para um curso na área de serviços de alimentação. Decidiu-se pela implantação do curso Técnico integrado em Alimentação. O técnico em serviços de alimentação estaria capacitado a trabalhar em todos os locais onde são servidos alimentos e bebidas, como bares, restaurantes, night-clubs, danceterias, pizzarias, lanchonetes, padarias, churrascarias, fast-foods, escolas, meios de hospedagens, hospitais, residências, bem como a realizar trabalhos autônomos na área (CEFET\_GO, 2006).

■

O curso técnico em serviços de alimentação segue orientações legais no sentido de romper com o isolamento das disciplinas e de uma aprendizagem centrada numa visão de mundo fragmentado buscando garantir condições de igualdade de formação para as pessoas da EJA rumo ao mundo do trabalho a fim de inseri-lo socialmente.

A elaboração do projeto-pedagógico ocorreu durante uma greve, num trabalho coletivo que duraram oito meses. Após várias reuniões com o Conselho Diretor para aprovação do referido projeto finalmente aconteceu a implantação.

O processo seletivo via Internet para o preenchimento de vagas aliada à falta de tempo para a divulgação na comunidade resultaram na baixa procura pelo curso.

A escolha pelos eixos temáticos possibilitará uma aprendizagem interdisciplinar dentro de uma visão de totalidade. As disciplinas deverão estruturar os conteúdos fazendo a interlocução com as outras disciplinas. A reflexão da situação ontológica do homem, da ciência, da tecnologia e da responsabilidade sócio-ambiental do homem. Sendo quatro os eixos temáticos que servirão de motes reflexivos da situação ontológica do homem.

Os trabalhos coletivos e a construção da metodologia de trabalho deverão ser realizados através de reuniões semanais. As aulas práticas nos laboratórios serão estratégias metodológicas presentes desde o primeiro período do curso a fim de melhor integrar a teoria e a prática.

Os eixos temáticos do Curso Técnico em Serviços de Alimentação os quais passaremos a explicitar são os seguintes: Trabalho, Cultura e Alimentação; Conhecimento, Tecnologia e Alimentação; Sujeito, Desenvolvimento e Responsabilidade Sócio-ambiental; Serviço de Alimentação e Mercado X Gestão e Alternativas de Trabalho e Renda.

## **TRABALHO, CULTURA E ALIMENTAÇÃO**

O trabalho serve de articulação das disciplinas e das áreas de conhecimento, sendo compreendido como a única possibilidade do homem fazer-se homem em seu sentido ontológico. É através do trabalho que o homem se transforma na sociedade, pois entra em contato com outros indivíduos. O trabalho como princípio educativo produz conhecimento e desta forma produz saber um saber social.

O trabalho, a cultura e a alimentação inseridos no currículo de forma integrada no curso de Serviço de Alimentação possibilitam a incorporação de práticas educativas

emancipadoras permitindo a compreensão produtiva do trabalhador. Desta forma a alimentação poderá ser abordada na sua especificidade e de forma articulada com os outros saberes. A construção de uma cultura geral do trabalho pressupõe conhecimento da produção no seu conjunto. A alimentação transformada em mercadoria num sistema produtivo do mercado de consumo constrói uma rede de relações sócio-econômicas que transforma as relações do trabalho.

## **CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E ALIMENTAÇÃO**

Vivemos em uma sociedade onde conhecer significa ter poder. Quando este conhecimento é utilizado a favor da vida ele abre potencialidades, sendo que quando ele impõe regras, normas, tabus e proibições, ele se fecha. Segundo Morin, “o que abre o conhecimento é o que fecha o conhecimento” (Morin, 1998, p.24. Apud, CEFET-GO, 2006).

Da mesma forma podemos entender a técnica e a tecnologia, ambos podem ser utilizados para desenvolver o raciocínio lógico, para a afetividade, para o desenvolvimento humano e social emancipando o homem, entretanto quando são utilizados sob forma de dominação causam a dependência, a exploração levando ao subdesenvolvimento.

O entendimento de tecnologia ultrapassa ao domínio das técnicas, segundo Gama “tecnologia não é um agregado de técnicas ou disciplinas. Tecnologia não é técnica, não é o conjunto de técnicas. Então, tecnologia não é o fazer, mas sim o estudo do fazer, é o conhecimento sistematizado, é o raciocínio racionalmente organizado sobre a técnica”. (GAMA, 1994, p. 21, Apud CEFET-GO, 2006).

Quando no PROEJA é proposto a formação do técnico integrado em serviços de alimentação, o programa leva em consideração a formação sob os aspectos humanos, sociais, históricos, econômicos e culturais, evitando uma formação somente técnica.

Uma sociedade que passa por mudanças no processo produtivo passando do fordismo para o toyotismo. Que demanda do trabalhador competências de comunicação, do desenvolvimento do raciocínio lógico-formal, o trânsito interdisciplinar, a capacidade de tomar decisões de transferir saberes anteriores para novas situações. Além de desenvolver competência afetiva com vínculo para tratar com a incerteza e com o estresse, de forma dinâmica, com compromisso com uma concepção de homem e de sociedade (KUENZER, 2004, p.2, Apud CEFET-GO, 2006).

A utilização do conhecimento, da tecnologia e da alimentação num eixo articulado permitindo o trânsito interdisciplinar, capacita o trabalhador a tomar decisões e transferir

saberes anteriores para situações novas diminuindo o stress diante do desemprego, das incertezas e das inovações.

A forma integrada de educação precisa romper com a fragmentação do saber, entrelaçando teoria e prática, o pensar e o fazer, as ciências exatas com as ciências humanas.

O avanço do saber e da tecnologia levado pela divisão do conhecimento em disciplinas e subdisciplinas não conseguem capacitar as pessoas para enfrentar os problemas que surgem com o crescimento da tecnologia.

A educação segmentada em disciplinas que não conseguem se comunicar umas com as outras e cada vez se fecham, não conseguem trabalhar no coletivo.

## **SUJEITO, DESENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL**

Este eixo pretende introduzir os cuidados quanto às questões da responsabilidade de um desenvolvimento sustentável e das necessidades de conservação ambientais que respeite a vida e o meio ambiente. A preocupação principal é no sentido de compatibilizar o desenvolvimento econômico e as condições sociais e ambientais. Discutir com os alunos sobre as diversas concepções de desenvolvimento interagindo com o propósito de buscar a superação da diversidade e da exclusão social.

## **SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E MERCADO X GESTÃO E ALTERNATIVAS DE TRABALHO E RENDA**

Segundo Monteiro (Apud CEFET-GO, 2006) o serviço de alimentação é carente de mão-de-obra qualificada. Há um crescimento de idosos, diabéticos e pessoas com restrições ao glúten e de profissionais na área. Além disso, muitas pessoas fazem pelo menos uma refeição fora de casa. Daí a necessidade e a justificativa também da formação na área da alimentação. A inovação e a capacidade de elaborar cardápios variados com sabores e ingredientes equilibrados com estética necessitam de profissionais com conhecimento mais direcionado e consciente de sua responsabilidade.



## **ESTRUTURA CURRICULAR E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

No CEFET-GO, o curso técnico de alimentação foi ofertado em seis semestres totalizando uma carga horária de 2.130 horas. Destas, 1.320 horas destinam-se às disciplinas de Ensino Médio e 810 horas, ao Ensino Técnico. O estágio curricular supervisionado terá uma carga horária de 300 (trezentas) horas e poderá ser feito a partir do 2º período do curso perfazendo um total de carga horária de 2.430 horas. As atividades de ginástica laboral e recreativas contribuem no processo de integração e socialização dos discentes, entre estes e o corpo docente. As aulas de educação física serão oferecidas pela instituição, resguardando o caráter facultativo para o aluno.

As aulas serão oferecidas nos turnos vespertino e noturno, com 5 (cinco) aulas diárias de segunda a sexta-feira, com duração de 50 (cinquenta) minutos com intervalos de 20 (vinte) minutos sendo que no primeiro semestre as aulas serão ministradas das 16 (dezesesseis) horas e 30 (trinta) minutos até às 20 horas e 30 minutos.

## **MATRIZ CURRICULAR**

Em 2006 a matriz curricular aprovada continha disciplinas do Núcleo Comum (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes, Geografia, História, Matemática, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia do Trabalho, Informática) além de Educação Física que estava sem carga horária. Na parte da Formação Profissional (História da Alimentação, Nutrição, Qualidade e Segurança Alimentar, Tecnologia Culinária, Serviços de Alimentação, Gestão do Setor de Alimentação).

## **OFERTA DE VAGAS E FORMAS DE CONDIÇÕES DE ACESSO**

O curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na área de Turismo e Hospitalidade, implantado em agosto de 2006, sob a vigência do Decreto nº 5.478/2005, destina-se a estudantes que tenham concluído o Ensino Fundamental e com idade de dezessete anos ou mais. A duração do curso é de três anos e ele

apresenta uma carga horária de 2.130 horas. Serão oferecidas anualmente 60 vagas, sendo 30 vagas no primeiro semestre e 30 vagas no segundo semestre. De acordo com o Decreto 5.840/2006 que revogou o Decreto nº 5.478/05, a ampliação de vagas é efetuada sobre o quantitativo do ano anterior, estabelecendo o mínimo de 10% da vagas de ingresso de toda a instituição. O processo seletivo foi realizado por meio de sorteios dos candidatos inscritos em edital. Não tendo sido cobrado nenhuma taxa no ato da inscrição, o curso, portanto é todo gratuito.

A pesquisa na área da alimentação deu enfoque aos serviços de alimentação.

Para a implantação dos cursos vinculados ao PROEJA o MEC disponibilizou R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) para cada vaga aberta em edital, até o limite de oitenta vagas. Houve reformulação do processo seletivo conduzido pela coordenação do PROEJA, sendo que o mesmo passou a ser realizado em três etapas: sorteio, palestra e entrevista. Até julho de 2007 o número de candidatos não foi suficiente para completar a turma. Já em 2008 foram 300 candidatos inscritos para 30 vagas.

Um relatório realizado entre 27 e 28 de junho de 2007 por duas técnicas do SETEC detectaram os seguintes problemas: divulgação do curso; falta de coordenação do curso; processo seletivo; horário do curso; aprendizado dos jovens e adultos; capacitação do corpo docente; material didático; infra-estrutura do curso; currículo e avaliação (BRASIL,2007c).

Algumas estratégias foram então utilizadas na tentativa de superar alguns problemas apresentados que foram: maior divulgação do curso, reuniões com professores do curso, definição de um local de referência para os alunos e coordenação, criação da coordenação do PROEJA, mudança do horário de funcionamento do curso, tentativa de aproximação dos professores para construção do processo de ensino e aprendizagem; capacitação de professores do curso para atuar no Proeja, pesquisa para reelaboração do currículo, participação dos alunos do PROEJA em encontros temáticos e reformulação do PROJETO.

Os desafios da consolidação do curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação do CEFET-GO e do Proeja não se limita a uma Instituição e nem a uma ação governamental. Esta consolidação é a efetivação de direitos sociais de igualdade e justiça social para além da instituição e independente do governo estabelecido no poder. Na perspectiva de implantação em nível Nacional, gratuita, pública, de qualidade acadêmica e social para todos com garantia do acesso, permanência e sucesso dos sujeitos cujos direitos foram negados historicamente e a instituição tem feito um esforço para reverter esse processo, pois os alunos Jovens e Adultos



estão estudando no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

Neste sentido do ponto de vista de formação o trabalho deve ser compreendido como princípio educativo ampliando as possibilidades de formar trabalhadores-cidadãos com competência técnica e política para o mundo do trabalho e para possibilitá-los rumo às decisões que o cercam.




### **CAPÍTULO 3: O DOCUMENTO BASE DO PROEJA**

O PROEJA é um Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos teve sua origem pelo Decreto nº 5.478/2005, de 24 de junho de 2005 que oferta a educação integrada devendo ser implantado na rede Federal de Educação Tecnológica tendo sido ampliado sua oferta para nível nacional quando alterado em julho 13 de julho de 2006, por meio do Decreto nº 5.840/2006. Este novo decreto trouxe diversas mudanças para o programa, entre elas a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, passando da esfera federal para um programa Nacional, pela inclusão do ensino fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional. O parágrafo 1º do Art. 2º do Decreto nº 5.840/06 disponibiliza ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso das instituições federais, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

O documento Base do Proeja CEFET-GO, de acordo com o Decreto nº 5.840/06 prevê especificamente para o Proeja a possibilidade de articulação considerando as formas integradas e concomitantes. Sendo que na forma concomitante é necessária a elaboração de um projeto político-pedagógico interinstitucional único onde são incorporadas as concepções, princípios e diretrizes estabelecidas para a oferta integrada. Sabemos da diversidade entre as instituições, das diferenças geográficas, da dependência administrativa, de infra-estrutura física e de recursos humanos para acontecer à possibilidade de integração desde o início até o final de cada curso. A forma subsequente não foi admitida devido à enorme heterogeneidade dos projetos e até mesmo da formação dos alunos para acontecer à integração.

O documento Base do Proeja utiliza o currículo integrado na concepção de CIAVATTA, 2005, buscando focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo na pretensão de promover uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. O currículo integrado busca uma



formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional. Considera as especificidades da educação de jovens e adultos neste entrelaçamento de fios que estabelece relações entre o ensino profissional e o ensino médio.

A organização curricular não é dada a priori. É uma construção contínua, processual e coletiva que envolve todos os sujeitos que participam do Programa. Abre possibilidades de superar os modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos. Desconstruir e construir os modelos curriculares e metodológicos, contextualizando sempre que necessário e promovendo a ressignificação com abordagens de conteúdos e práticas interdisciplinares que valorizem os saberes adquiridos em espaços não-formais de educação.

O documento esclarece que, independente da forma de organização e das estratégias adotadas para a construção do currículo integrado, torna-se imperativo o diálogo entre as experiências que estão em andamento, o diagnóstico das realidades e demandas locais e a existência de um planejamento construído e executado de maneira coletiva e democrática. Implica então na necessidade de encontros pedagógicos de todos os sujeitos envolvidos no projeto, professores, alunos, gestores, servidores e comunidade. Ressalta ainda que essa construção curricular requer uma nova cultura escolar e uma política de formação docente, com professores que assumam o papel de mediadores e articuladores da produção coletiva do conhecimento, e, comprometidos com a proposta, poderão atuar criativamente, acolhendo sem ansiedade as demandas e exigências dos sujeitos e do projeto pedagógico. A participação de professores em programas de formação continuada favorecerá a compreensão de sua função junto ao processo educacional.

## **CAPÍTULO 4: UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O CEFET-GO**


O Instituto Federal de Goiás é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que teve sua origem no dia 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto nº 7566, na antiga capital do Estado, Vila Boa e atualmente cidade de Goiás. O decreto foi assinado pelo então presidente Nilo Peçanha que criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices em cada Estado da União.

Mais tarde essas escolas deram origem às Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Profissionais e Tecnológicas (CEFETs) e atualmente aos Institutos Federais.

Por meio do decreto assinado em 22/03/1996, a Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em CEFET-GO, uma instituição de ensino superior pública e gratuita, especializada na oferta de educação tecnológica nos cultura fragmentada e superficial, localizada à Rua 74, nº 46 – Centro. Goiânia – GO.

Recentemente o CEFET-GO de Goiânia foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) através da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Através desta Lei o Governo Federal em seu Artigo 8º garante que o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da vagas do Instituto Federal deverá atender à Ed. Profissional Técnica de nível Médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino Fundamental e para o público de Educação de Jovens e Adultos. O outro percentual 50% destinam-se ao Ensino Superior com destaque de 20% (vinte por cento) das vagas devem atender aos cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional, os outros 30% para Bacharelados, Tecnólogos e Engenharias.

O Instituto Federal de Goiás é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às Universidades Federais. O Instituto é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Sua finalidade é a de formar e qualificar



profissionais nos diversos setores da economia, realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada. A instituição apresenta as seguintes finalidades: ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento sócio econômico local, regional e nacional; desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas à demandas sociais e peculiaridades regionais; promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; promover a produção, o desenvolvimento e a transferência das tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Instituto Campus de Goiânia apresenta em 2009 um total de 4.000 alunos matriculados nos três turnos. Desse universo, 119 são alunos matriculados no PROEJA, cursando o Técnico Integrado em Serviços de Alimentação integrado ao Ensino Médio – Modalidade PROEJA. O PROEJA abrange cursos e programas de educação profissional de forma inicial e continuada de trabalhadores, articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, como forma de elevação do nível de escolaridade do trabalhador, além de oferecer cursos e programas de educação profissional técnica integrados e concomitantes ao Ensino Médio. Poderá também ser adotado pelas instituições públicas de ensino do Estado (escolas estaduais e municipais) e ainda pelas entidades vinculadas ao “Sistema S” (SENAI, SENAC, SESC...)



## **CAPÍTULO 5: PESQUISA DE CAMPO**

### **INTRODUÇÃO**

Analisar o processo da integração curricular no Curso de Serviço de Alimentação no CEFET –GO implica em inúmeros questionamentos. Muito se tem falado nos últimos tempos sobre a necessidade de trabalhar forma integrada. Muitas dúvidas e interpretações surgem na tentativa de encontrar caminhos para esta integração, mesmo porque este programa é recente. Desconstruir alguns paradigmas fortemente estabelecidos e arraigados há séculos e ir construindo outros de forma coletiva, contínua e processual pode causar certa estranheza. Sem a pretensão de estabelecer receitas ou ditar caminhos realizamos esta pesquisa que poderá servir de instrumento para estudos no futuro.

Esta pesquisa foi realizada no CEFET – GO, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus – Goiânia, localizado à Rua 74, nº 46 no Centro.

A pesquisa foi realizada envolvendo os professores que trabalharam na elaboração do projeto de implantação do Proeja.

Foram analisados também os dados coletados pela pesquisadora Lucimar Furtado Silva que entrevistou o mesmo público-alvo deste trabalho, ou seja, as pessoas que implantaram e divulgaram o Curso Técnico em Serviços de Alimentação, integrado ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, com o projeto de pesquisa :“Um olhar crítico sobre o processo de formação do PROEJA em Goiás caso CEFET/Goiânia”, monografia esta apresentada ao curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, pólo CEFET-GO/IFG, ano 2009, desenvolvido em parceria com a Universidade de Goiás.

### **METODOLOGIA**

A metodologia adotada na pesquisa foi qualitativa de natureza interpretativa. Utilizamos para coleta de dados entrevista estruturada individual com perguntas previamente elaboradas e inseridas no protocolo de entrevistas (apêndice 1), que tiveram por base o marco

teórico, relacionado ao Proeja e os objetivos da pesquisa cujas respostas foram gravadas no ambiente natural de trabalho, ou seja, no CEFET-GO, hoje Instituto Federal de Goiás. Este tipo de pesquisa, segundo MOREIRA, muito pode contribuir para um “maior entendimento da vida na escola e de como as pessoas que trabalham nestes ambientes reagem à implementação de políticas para poder avaliar como estas políticas e práticas convergem e divergem” (1999, p.15-16, Apud VITORETTE, 2000).

Definimos como participantes da pesquisa um grupo de 09 (nove) professores que participaram da implantação do PROEJA no CEFET-GO dos quais conseguimos entrevistar a 33,3% de professores. Todos os professores entrevistados trabalham em regime de dedicação exclusiva e com formação acadêmica em pós-graduação.

Definidos o protocolo de entrevistas e os participantes do estudo, elaboramos a carta de apresentação (ver apêndice dois) e o termo de consentimento (ver apêndice três) que foram entregues pessoalmente a todos os participantes do estudo.

Foi feita inicialmente uma entrevista piloto no dia 03 de agosto onde o protocolo se mostrou adequado aos objetivos da pesquisa, não necessitando de nenhuma alteração. O protocolo se mostrou adequado e resolvemos considerar os dados contidos na entrevista piloto para análise. Ao todo realizamos 03 (três) entrevistas estruturadas no período de 03 a 10 de agosto com duração máxima de uma hora. Todas as entrevistas foram realizadas dentro da própria instituição. As entrevistas foram gravadas, transcritas literalmente e interpretadas. Foi ainda utilizado dados coletados por outra pesquisadora para análise das entrevistas e levantamento de categoria de análise que partiu da análise dos dados coletados nas entrevistas. A entrevista do professor P4 foi realizada em sua residência, fora do Instituto Federal de Educação.


A interpretação, segundo Moreira (1996, p. 31, Apud. VITORETTE, 2000) resulta da “busca por perspectivas profundas em acontecimentos particulares”. Numa “tentativa de compartilhar significados com outros”. Ao interpretarmos as opiniões pessoais dos professores entrevistados nos embasamos em valores que nos orientam rumo aos objetivos da pesquisa.

Para melhor entendimento dos conteúdos das entrevistas a categoria que se levantou a partir dos dados coletados nas entrevistas foi a Integração a qual passamos a analisar através dos mesmos os limites e possibilidades da integração no curso Técnico integrado de Serviços de Alimentação do PROEJA no CEFET-GO.

## INTEGRAÇÃO

Ao serem questionados sobre a integração no Proeja, os professores fizeram considerações que merecem uma análise detalhada: O professor P1 relata que o próprio documento base do Proeja já manda fazer, já tem essa recomendação de que seja um curso de formação do aluno que já está fora há muito tempo, para que ele não desista, mas que ao mesmo tempo dê essa formação técnica pra ele melhorar na vida profissional. Só a formação técnica como havia antes não forma integralmente. Muita gente critica, e eu também faço essa crítica quanto a essa formação. Que ela é uma formação tecnicista demais, que não amplia os horizontes dele, que não dá uma formação com capacidade intelectual maior, porque não adianta eu saber no caso aqui: cortar alimentos, manipular, mas ele precisa entender o máximo da grandeza do que ele está fazendo para que ele possa ser mais consciente politicamente, para que ele possa ter uma formação mais integral para que ele possa lidar com os problemas sociais, culturais. Neste sentido é que é o Proeja. [...] a gente pode fazer isso escolhendo aqueles conteúdos, integrando aquela área técnica que ele assimile melhor à partir daquela assimilação, ele consegue entender um princípio químico que vai atuar lá no cozimento daquele alimento, ele já entendeu mais de química do que muita gente no ensino médio. Então eu acho que a integração é nesse sentido é deles não perderem o sentido, o objetivo de eles estarem aqui dentro, eles estão focados. Eles estão aqui, adoram a aula de português, de matemática, o professor de história, mas na hora que eles vão dizer por que eles estão aqui? Eles só falam na área da alimentação para se profissionalizar, e é interessante isso. Eles gostam muito, respeitam muito a área do professor, mas eles querem aquela área, senão eles estavam fazendo outro curso. [...] É aquilo que a gente chama educação para a vida. [...] Então a gente deve escolher aqueles conteúdos integrando aquela área técnica para que ela assimile melhor. Ela consegue entender mais de química do que muita gente no ensino médio. Então a integração é neste sentido, deles não perderem o objetivo deles estarem aqui dentro.

O professor P1 sinaliza em sua fala que de certa forma o curso está contido em um documento que “manda fazer”, demonstrando que existe um estranhamento em relação ao curso vinculado ao PROEJA. Em suas respostas percebe-se uma maior valorização da prática quando coloca que seus alunos conseguem entender mais da química (numa aula prática) do



que muita gente no ensino médio. Através desse entendimento há então uma preocupação dos conteúdos da técnica serem melhores assimilados. Podemos apontar que existe a necessidade de compreender de fato os fundamentos e princípios do PROEJA, que estão presentes no documento Base (BRASIL, 2007), e a concepção de integração precisar ser mais estudada e interiorizada na prática do exercício profissional docente. (O entrevistado não demonstrou um entendimento de integração, tendo distanciado da fundamentação teórica elaborada e aprofunda na perspectiva aqui estudada e tratada afirmada pela CIVATTA, FRIGOTO, RAMOS, 2005. Ainda permanece uma visão de dicotomia entre teoria e prática, pensar e fazer, formação geral e formação técnica.

Já na fala do professor P2 o Proeja foi uma proposta de trabalhar com determinado grupo que ainda não era para nós, na realidade. O integrado foi encontrar na alimentação um eixo, um viés da realidade do mercado. A alimentação em Goiás, em Goiânia, tem uma atividade muito presente nas feiras livres, nos trabalhos de casa, restaurantes, hotéis, cantinas, bares... A possibilidade de fazer o Proeja integrado foi encontrado neste viés da alimentação. [...] integrado como um todo eu poderia dizer que não está. Infelizmente a ausência da prática trás um impacto muito grande e, o mercado é prática. Ele tem que testar a prática. O aluno tem que entender o contexto dele. A importância dele no trabalho. A relação de emprego, trabalho, a necessidade principal dele, na relação com o próprio empregador. Ele não pode ser apenas um fazedor. Ele tem que entender até para poder crescer, senão ele vai ser só um fazedor. Mas, integrado como um todo eu poderia dizer que não. [...] Integração para mim, ela se faz num trabalho conjunto. Muitas vezes ela nos surpreende quando a gente busca algumas nuances da união entre um determinado saber e outro que parecia não ter fim. Por exemplo, recentemente num trabalho em sala de aula com política de alimentação, em vez de começar a falar em alimentação a gente falou em fome. Foi muito bonito. Eu percebi um impacto dele em relação a isto. Então construir um pouco nele, aquela imagem de uma disciplina que vai falar de comida, a gente vai fazer comida. Pra colocá-los numa realidade de que num país que temos de ausência de alimento, de uma má distribuição de renda, de uma necessidade mais igualitária de comida. Uma integração entre a reunião que a gente montou hoje um progresso, com sinais positivos. Um grupo que já existiu. Pra retornar a se pensar em conjunto. Há que se falar em interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Acho que a gente faz um pouco como empírico. [...] Eu acho que para a gente conseguir integrar o nosso aluno seja no mercado de trabalho, mas também com ações sociais, a gente faz um ser humano melhor. Então se essa formação integral puder acontecer também no social, por exemplo, quando fazemos a





disciplina de hotelaria, alimentos e bebidas nós já pensamos numa creche, fornecemos um almoço para as crianças, com o pessoal da recreação... Na hora do almoço, com salada, strogonof, sorvete, uma coisa assim. Foi uma integração. Foi um momento de reconhecer a comunidade, de trazê-la para dentro da escola, no caso um orfanato. Pra saber que aqui também é um local a que possa ser de interesse deles. Pra já chamar de integrado que não fosse desvinculada da comunidade.


O professor P2 diz em outras palavras que o público ainda é estranho para eles. A formação mercadológica é muito presente em sua fala. Coloca que a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade são feitas de forma empírica. Entretanto não diz qual interdisciplinaridade? Isto é, a fundamentação que a sustenta na sua compreensão. Diz que a integração não está acontecendo como um todo no CEFET e que a ausência das aulas práticas dificultam essa integração dizendo ainda que o mercado seja a prática. Cita o trabalho de um grupo que já existiu na estrutura do CEFET e que poderá vir a acontecer pra se pensar em conjunto além de reconhecer a importância da comunidade no trabalho integrado. Fala desta integração, mas a compreende de forma fragmentada valorizando mais a parte prática.

Quanto a P3 considera que essas novas determinações já não entendem possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral que passa a ser concebida como resultante da articulação de diferentes conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais. A integração entre trabalho, ciência e cultura demanda uma formação científico-tecnológica e sócio-histórica que integre os conhecimentos científicos que fundamentam os processos sociais e produtivos, as formas tecnológicas, as formas de comunicação e os conhecimentos sócio-históricos. [...] Uma concepção metodológica só ganha concretude quando tomada em relação às condições reais de sua implantação. Uma proposta que pretenda garantir a Educação de Jovens e Adultos no curso PROEJA, nos Institutos Federais exige investimentos, principalmente, na contratação de professores e sua capacitação para atuar no Projeto. A integração não foi articulada na prática de ensino do Instituto. Isso pressuporia reuniões pedagógicas com apoio de instrumental teórico entre professores da área de formação geral e os professores da área técnica. [...] A integração implica a contribuição de diferentes disciplinas para análise de um objeto, que, no entanto, mantém seu ponto de vista, seus métodos, sua autonomia. A integração é a rearticulação do conhecimento descortinando novas percepções que passam a configurar uma compreensão nova que não estava dada no início: o conhecimento da totalidade com sua rica teia de inter-relações. [...] O movimento permanente de construção coletiva, do fazer pedagógico. É muito


importante assegurar as condições objetivas desse trabalho com reuniões permanentes, discussões, debates, estudos teóricos, análise da legislação, relatos de experiências, pesquisas e mais pesquisas... Tudo isso com garantias de carga-horária, financiamento de recursos para a execução do projeto como parte integrante da política do Instituto.

Para P3 a consolidação da integração só ganha concretude quando analisada às condições reais de sua implantação. Apesar de o curso ter sido implantado ele precisa ser rearticulado com reuniões permanentes, discussões, debates, estudos teóricos, enfim, pesquisas e mais pesquisas. Afirma que a integração não foi articulada na prática de ensino do Instituto e que para que tal acontecesse pressuporia reuniões pedagógicas dos professores da área de formação geral com os da área técnica o que demanda estudos teóricos, pesquisas, análise das legislações, etc. Afirmando ainda a importância da garantia de carga-horária, financiamentos para a execução do projeto. Pela fala de P3 “A integração é a rearticulação do conhecimento descortinando novas percepções que passam a configurar uma compreensão nova que não estava dada no início: o conhecimento da totalidade com sua rica teia de inter-relações.” Sua compreensão de integração se integra ao entendimento de formação integrada afirmado por CIAVATTA (2005) e documento Base PROEJA (2007), pois se percebe uma preocupação com a integração entre teoria e prática, na perspectiva da totalidade e compreende que neste processo se necessita de aprofundamento estudo coletivo ação-reflexão-ação.

O professor P4 diz que o Proeja foi instituído em 2005, foi o primeiro e na época uma gerência em Educação que havia no CEFET. [...] “...possibilitou fazermos uma série de discussão sobre o programa que veio com o Governo Lula, e nós entendíamos que era um programa que poderia abrir as portas do CEFET para um outro público, que constitucionalmente tem direito a educação. Esse programa, em que pese ser uma ação governamental, com limites de uma ação, é um programa pelo qual nós víamos como possibilidade de incluir pessoas dentro do Instituto no campus Goiânia, atualmente, que não estavam inseridos. Então, em minha opinião, o significado é colocar para a Instituição que ela tem que atender os direitos educacionais de toda a população, então, na minha avaliação a implantação do curso tem essa perspectiva de abrir a instituição para todos que precisam dela. [...] da área de Turismo e Hospitalidade, área na qual o curso está inserido, nós optamos por um curso integrado, pois ele tem a perspectiva de dar ao educando uma visão de totalidade, pois a aprendizagem não é uma aprendizagem que é só técnica ou só propedêutica. A configuração integrada, busca unir uma formação técnica com uma geral, pois entendíamos




que não dá para separar as duas formações, nós não queríamos seguir aquela divisão do Decreto nº 2.208/97 que separava a formação técnica ou a geral, uma vez que para nós a melhor experiência de educação básica que ocorreu no Brasil foi a formação integrada. Com ela, o aluno terá a oportunidade de lidar com as questões do mundo do trabalho, das habilidades, das competências, ou seja, do fazer, da técnica e seus segredos, da tecnologia e ao mesmo tempo aprender essa tecnologia, isso requer uma formação geral, requer entender da História, da Sociologia, dos fundamentos da Química, da Física, então entendemos ser esse o melhor modelo de educação básica no Brasil. Nós queríamos dar aos jovens e adultos que entrassem nesse curso a melhor experiência, do ponto de vista educacional e também por entender que esse jovem e esse adulto têm direito a essa formação de qualidade, e por entender que eles têm que ter uma formação na perspectiva de totalidade. Quando este programa veio para a instituição, nós fizemos uma série de reuniões, com todos os coordenadores, todas as coordenações, de todas as áreas, eram mais ou menos 11 (onze) coordenações. Isto para apresentar o programa, e o que percebemos num primeiro momento foi que não houve uma adesão imediata. Uma série de justificativas para essa não adesão apareceu, do tipo, não há quadro docente, não havia possibilidade de assumir mais um curso, muitos queriam trabalhar com o Ensino Superior e com a Pós-graduação, outros viam o curso do PROEJA como um curso limitado do ponto de vista do técnico, ou seja, não se acreditava que os alunos do PROEJA seriam capazes de fazer um curso técnico integrado, como os alunos da eletrotécnica, por exemplo, seria um empobrecimento da Instituição, era uma espécie de medo de baixar o nível dos cursos técnicos. Enfim, a única área que se prontificou a assumir e implantar o PROEJA foi a área de Turismo e Hospitalidade, e isso também não foi tão por acaso, pois passamos 4 (quatro) anos construindo essa área no CEFET, uma área relativamente nova, nós tínhamos uma certa inserção política na área [...] e assim fizemos várias reuniões, tivemos várias conversas com os professores e conseguimos esse curso técnico em Serviços de Alimentação.[...] uma ação de Estado, de governo, e entendo que esse governo atual tem uma lógica, um plano de desenvolvimento da educação, esse programa está acoplado a essas ações governamentais, então é um programa que vem numa perspectiva incisiva, de “cima para baixo”, e que vem atender aos interesses do governo, aos interesses dos organismos internacionais, do desenvolvimento do capitalismo, e nessa perspectiva ele tem suas limitações, por exemplo, se pegarmos o programa do projeto de desenvolvimento do governo LULA, percebemos que para o Brasil se tornar um país mais competitivo do ponto de vista de toda reestruturação produtiva que está posta, ele precisa universalizar a educação



básica, precisa elevar a escolaridade dos jovens e adultos, precisa elevar a qualidade, enfim, elevar a qualidade da mão-de-obra dos trabalhadores para essa reestruturação produtiva, daí não ser mais possível haver analfabetos no quantitativo que temos, não dá para haver qualificação profissional, etc. Assim, do ponto de vista do governo é um programa que está muito atrelado aos organismos internacionais para levar o Brasil a uma competitividade mundial e, trabalho para esse fim é fundamental, essa perspectiva é real. Só que essa realidade é contraditória e isso que é o “legal”, ou seja, na medida em que você tem esse governo com essa característica primeira, temos um programa, do ponto de vista do mundo do trabalho, que podemos trazer esse público para dentro de instituições que não querem muito esse público, trazer a discussão da necessidade da formação para o mundo do trabalho para a EJA. Assim penso que devemos ver essas ações sempre com essa tensão, essa contradição, porque é um programa que foi pensado nessa perspectiva e nesse tipo de desenvolvimento para o país, mas ao mesmo tempo uma possibilidade de inserir, de dizer que o jovem e adulto têm direito a uma formação para o mundo do trabalho, sendo necessário que ele se qualifique bem, que esteja nas “melhores escolas”, que a educação profissional esteja na rede pública, na municipal, contendo essas características de preparar mão-de-obra para o mercado, para competitividade, mas não é só isso, mas dentro dessa contradição da realidade. [...] É fato que há uma necessidade real, uma demanda para esses programas, para afirmar esses tipos de ações do governo federal, mas há, também, uma demanda social, se percebermos que há um percentual de 68 milhões de jovens e adultos nessa situação, ou a questão de como a educação se dá para esse jovem e adulto, pois a demanda hoje não é só alfabetização, mas de entender esse mundo do trabalho, lidar com a informática, com a microeletrônica, isso é uma demanda real, ele precisa se formar para esse trabalho, ao contrário ele ficará relegado às piores funções, ficará precário numa era digital, então há uma demanda na perspectiva do governo, bem como do trabalhador jovem e adulto, ele precisa se apropriar desse novo conhecimento do mundo do trabalho, antes você ensinava como operar uma máquina, como fazer, mas hoje ele precisa pensar sobre a máquina, que máquina é essa, que solução darei para ela, isso é uma necessidade real, uma demanda real. [...] é uma inclusão de perspectiva do aluno, isto é, sou um cidadão de direito, e no meu tempo, na minha forma, nas minhas possibilidades, no meu ritmo, quero aprender essas novas modificações do mundo do trabalho, inclusive para garantir meu emprego, a vida e isso é importante. E a questão de ser integrado dá ao aluno essa possibilidade dele fazer uma síntese mais ampla da sua profissão. Isto é dizer: o professor da área, dizer da importância dos alimentos, suas propriedades, vitaminas, ingredientes e, o

professor de sociologia discutir com ele sobre a miséria no Brasil, que muitos não tem o que comer diariamente, é a possibilidade dele ter essa aprendizagem mais ampla, ele aprende na cozinha como melhor fazer para se alimentar e o outro professor, do outro lado falar da miséria. Então, a formação integrada permite não uma visão unilateral, ela não restringe a aprendizagem, no que pese também que ela não está de fato integrada no sentido mais amplo da palavra. [...] por ser um programa novo, primeiro alguns disseram: “Lá vem mais um programa”, outros, “Não vai dar em nada”, etc... Havia ainda o temor do público que era desconhecido, um público sem muito preparo, posto que o CEFET é um Centro de Excelência, enfim houve esse nível de dificuldades e outros do ponto de vista organizacional da Instituição, contrariamente, pois a instituição profissional nasceu para atender os pobres e desvalidos da sorte, no seu início, ela ensinava a fazer sapatos e outros artigos no mesmo molde, mas agora não. A rede federal, em particular, adquiriu na década de 70 status de excelência na educação profissional de ensino médio, e esse novo público, do PROEJA vem sem passar por uma seleção e criaram-se dificuldades. [...] Do ponto de vista de gestão também houve dificuldades pela própria forma de seleção; sorteio, a inscrição é feita pela internet, mas aí muitos não tinham computador ou acesso a internet, daí termos que “brigar” para não ser só pela internet, depois outra dificuldade foi a entrevista com os candidatos sorteados, pois foi preciso mais pessoas engajadas o que significou mexer na estrutura que já estava pronta; prova, inscrição pela internet, etc. Fora isto, havia o momento da matrícula, o aluno era e é sorteado, mas não comparece para fazer a matrícula, uma vez que é um público diferenciado, machucado pela miséria e a escola precisa chamá-lo, convencê-lo a estudar, de que vale a pena, que é possível, depois cadastrá-lo e ainda a própria burocracia financeira, não se entende que esse público, muitas vezes não tem CPF, e outros documentos para efetivar sua matrícula, o próprio governo federal não entende esse público com clareza, pois não é um público regular, é um público que vai e vota, que tem falta de dinheiro para o transporte, não tem alimentação adequada, enfim, dificuldades diversas, e por fim dos próprios gestores, que precisava disponibilizar coordenadores, que tinham de acompanhar mais de perto esse público, muitas, muitas dificuldades, mas coisas boas também. [...] Penso, também que só o fato de ser um curso integrado, já amplia a perspectiva de aprendizagem do aluno, também quanto a sua emancipação. Estar numa instituição federal é importante para ele, sua auto-estima, o fato de haver políticas de permanência também ajuda a solidificar a EJA. Logo, na minha avaliação o PROEJA é uma ação firme e decisiva no avanço da educação. [...] implantado sim, consolidado, para mim, só quando este se tornar cultura, quando deixar de ser



uma ação governamental, procedimental e passar a ser cultura. Assim como há outros cursos, já regulados e isso é algo normal, faz parte da instituição, também deverá acontecer com o PROEJA, assim ele passa a ser mais um curso da instituição, e é isso que chamo de tornar-se cultura, e é nessa medida que ele se consolidará, mas isso só saberemos mais tarde, estamos na verdade em fase de implantação do curso.”

O professor P4 demonstra maior sensibilidade e envolvimento para com o Programa e esclarece que o público da EJA atendido pelo PROEJA no CEFET-GO não era comum para a Instituição. Ressalta que há uma incompreensão por parte dos profissionais da educação do CEFET sobre a questão da educação no que se refere ao entendimento de que o aluno tem direito a uma educação de qualidade. Coloca as dificuldades enfrentadas para a implantação do PROEJA no CEFET-GO e uma tendência da instituição em se trabalhar com um público mais selecionado ou preparado causando momentos de tensão devido a justificativas que apareceram na época da implantação de que seria um empobrecimento da instituição podendo abaixar o nível dos cursos técnicos. Através de suas reflexões podemos perceber que apesar dos contratempos o CEFET considerado um Centro de Excelência abre suas portas para ofertar educação de qualidade e gratuita a um público menos favorecido e desprovido de condições sócio-econômicas. Este professor defende o curso “integrado, pois ele tem a perspectiva de dar ao educando uma visão de totalidade, pois a aprendizagem não é uma aprendizagem que é só técnica ou só propedêutica. A configuração integrada, busca unir uma formação técnica com uma geral, pois entendíamos que não dá para separar as duas formações” sua compreensão da integração está de acordo com CIAVATTA, GAUDÊNCIO, RAMOS (2005) e Documento Base (2007).



## CONSIDERAÇÕES GERAIS


Diante da análise da pesquisa realizada podemos verificar a importância das reuniões para o planejamento de forma a constituir um espaço de diálogo, confrontos e superações entre os professores que ministram a formação geral e os que ministram a formação técnica necessitando e de estudo e aprofundado do que é integração. A necessidade de superar a histórica dualidade ainda presente entre os professores na instituição de uma formação que prepara para o trabalho produtivo e uma formação para a cidadania, ainda se constitui um desafio. Neste sentido, retomamos as argumentações de CIAVATTA (2005) sobre o que na verdade se deseja integrar?

Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfatizar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, 2005, p.84).

A pesquisa nos leva a entender que existe um contraditório na compreensão do que é integração conforme a fala dos entrevistados. Encontramos o entendimento da integração como a indissociabilidade entre a formação geral e a formação profissional e também nos deparamos com a visão da integração fragmentada na perspectiva da sobreposição da formação prática sobre a formação geral. A integração é vista pelo trabalho de forma empírica conforme fala de P2 e o que de certa forma engessa e dificulta a interpenetração da integração, travando sobremaneira o processo de construção do curso Técnico Integrado, conforme Jurjo (2000):

Se um professor ou professora foi formado estudando unicamente através de disciplinas, [...] ele constrói por si só um modo de pensar disciplinar.[...] É preciso ter consciência de que as disciplinas refletem também formas organizativas de poder.[...] Os professores das restantes disciplinas passam a ser entendido como rivais, como competidores [...] considerados menos importantes para a formação integral do aluno. [...] É imprescindível que os professores aprendam a ver-se como parte de um projeto coletivo de formação integral do aluno (JURJO, 2000, p.11).

Há uma necessidade de financiamentos seja para capacitar os professores, contratar mais docentes para o quadro efetivo da instituição, ou para a aquisição de outros recursos conforme afirmação de um dos entrevistados P3. Superar todos esses entraves aqui



levantados pressupõe abertura para o diálogo, para a inovação, para o diferente, para o reconhecimento do inacabamento, para a construção coletiva em prol de uma educação libertadora. Para tanto é necessário, em primeiro momento, compreender o público da EJA, pois, conforme fala dos entrevistados existe um ponto contraditório entre a aceitação do público de jovens e adultos e o seu estranhamento.

A concepção de integração precisa ser aprofundada, elaborada e reelaborada, conforme aponta a pesquisa de campo. Neste viés encontramos as seguintes compreensões sobre a integração: a integração entre formação geral e formação profissional na perspectiva da “totalidade”, como uma teia de interações, para formação omnilateral, politécnica, como também a integração na perspectiva de “assimilar melhor” conteúdos técnicos com o direcionamento dos conteúdos da formação geral para a técnica.

As reuniões periódicas de estudos constituem um espaço para a formação continuada, que pode ser construída no diálogo, se houver esta compreensão aliada a uma luta política de discentes, docentes e gestores para a concretização do projeto do PROEJA na instituição do IFG.

Percebemos que existem indícios de disputas de projetos societários, de educação e formação de homem diferenciado conforme a fala dos entrevistados, necessitando de novos estudos e que o contraditório está presente na consolidação da educação de Jovem e Adulto integrada a educação profissional no IFG.

As considerações apresentadas neste trabalho são provisórias, mesmo porque não foi possível entrevistar todos os professores que participaram do processo de implantação do curso vinculado ao PROEJA, no Campus de Goiânia, uma vez que tivemos que exercer atividades profissionais ao mesmo tempo em que realizamos este trabalho. Fica, pois, em aberto os caminhos para a continuidade investigativa com maior aprofundamento.



## REFERENCIAL TEÓRICO

BARACHO, Antônia Francimar da Silva, MOURA; PEREIRA. **Algumas reflexões e proposições acerca do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio.** Brasília: MEC, p.17, 2006.

BRASIL.Ministério da Educação. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Integrar para quê?** Secretaria de Educação Básica,Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2006.Art.35

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006. Institui no âmbito Federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_.**Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Institui formas de concretização da articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio.Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Art 4º, 2004.

\_\_\_\_\_.**Decreto n 2.208, de 17 de abril de 1997.**

Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos** – Documento Base, Brasília, 2007.

FRIGOTO,Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS,Marise Nogueira. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

JURJO, Torres Santomé. *Jornal a Página da Educação* nº 87. p.11, [WWW.apagina.pt/arquivo.asp](http://WWW.apagina.pt/arquivo.asp). 2008

MOREIRA, Herivelto. **Pesquisa Educacional: reflexões sobre os paradigmas de pesquisa.** In: GFINGER, Almeri Paulo ET AL. Educação: caminhos e perspectivas. Curitiba: Champagnat, 1996. p. 19-42.

SAVIANI, Dermeval. 1989. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. São Paulo, **Revista Traabalho, Educação e saúde**, 1(1), 2003, p. 131-152.



CEFET-GO, **Projeto de Curso Técnico integrado em Serviços de Alimentação** (2006)  
Goiânia:Cefet:GO, 2006.

VITORETTE, J.M.B. **Implantação dos Cursos Superiores de Tecnologia no Cefet-PR.**  
Dissertação de Mestrado. Curso de Pos-Graduação em Tecnologia, CEFET-PR, Unidade de  
Curitiba, 2001.

SILVA, Lucimar Furtado. **Um olhar crítico sobre o processo de formação do PROEJA em  
Goiás caso CEFET/Goiânia.** 2009. P. 23-27



## CARTA DE APRESENTAÇÃO

De: Maria de Fátima Rodrigues Póvoa

Aluno do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás / Universidade Federal de Goiás.

Ilmo.(a) Sr.(a): \_\_\_\_\_

Dirijo-me a V.S<sup>a</sup>., com o objetivo de solicitar sua participação na pesquisa que estou desenvolvendo, referente ao Curso de Especialização acima citado do IFG/UFG, sob a orientação da Professora Msc Jaqueline M. B. Vitorette.

A intenção da pesquisa é investigar a implantação do currículo integrado no Curso de Serviços de Alimentação, Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Este estudo se constitui tema da Monografia.

Entretanto esse conhecimento só será possível, se eu puder contar com a sua participação através do relato de sua vivência e experiência, os quais são de fundamental importância para o alcance do objetivo proposto.

Dessa forma, gostaria de contar com a sua participação por meio de uma entrevista que será em local e horário estabelecido em comum acordo, com o tempo de duração de 20 a 30 minutos. Posso lhe assegurar que todos os dados fornecidos serão confidenciais e nenhum participante que tomar parte no estudo será identificado em qualquer comunicação ou publicação futura.

Agradeço antecipadamente a sua participação.

*Atenciosamente*

Maria de Fátima Rodrigues Póvoa

fatia\_povoa@yahoo.com.br

99390640/34341544



## TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_ concordo em participar, voluntariamente, do estudo sobre a implantação do currículo integrado do curso Técnico em Serviços de Alimentação, Integrado ao Ensino Médio – Modalidade EJA, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, entendendo sua proposta e natureza.

Reconheço que as informações poderão ser utilizadas em futuras publicações, desde que meu anonimato e o sigilo da autoria de minhas respostas sejam garantidos. Reservo-me ainda, o direito de interromper minha participação quando quiser ou achar necessário, e de não responder a algum questionamento que não considere pertinente.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

\_\_\_\_\_

Assinatura



## PROTOCOLO DE ENTREVISTA

### Identificação

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_

### Formação

Função exercida no CEFET-GO na época da implantação do curso de PROEJA – Técnico em Serviços de Alimentação:

Coordenador ( )    Chefe de departamento ( )    Trabalha com o PROEJA desde o início ( )

Tempo que trabalha no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (antigo CEFET-GO) \_\_\_\_\_

Jornada de trabalho:

a) 20 horas ( )    b) 40 horas ( )    c) D.E(dedicação exclusiva) ( )

### QUESTÕES PARA ENTREVISTA:

- A) Por que um curso de Proeja integrado?
- B) Por que a escolha pelos eixos temáticos?
- C) Em sua opinião, essa integração está acontecendo? Justifique.
- D) Pra você o que é integração?
- E) Existe algo a mais que você gostaria de dizer a respeito da formação integrada?
- F) Para que ocorra a consolidação dessa articulação, em sua opinião, o que é necessário?

